

## O estado da arte sobre o direito à educação (1988 a 2018): educação integral

Pedro Ganzeli

Ângela Maria Gonçalves de Oliveira  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

### Resumo

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à educação como condição de cidadania, sendo obrigação do Estado a elaboração de políticas públicas para a sua materialização. Buscando compreender qual a reverberação do direito à educação na produção científica na área da educação, este artigo teve por objetivo analisar as teses e dissertações que constam no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, com recorte temático à educação integral. Esta pesquisa assenta-se na perspectiva do Estado da Arte da produção científica no período de 1988 a 2018, compreendendo o universo de análise dezoito teses e dissertações. Como resultados verificamos um movimento contraditório na reverberação do direito à educação nas políticas de educação integral, considerando, por um lado, a valorização dos programas ao introduzirem mudanças na rotina escolar, por outro, aspectos que impediram a criação de uma educação integral em tempo integral na perspectiva do direito à educação.

**Palavras-chave:** direito à educação; educação integral; escola de tempo integral

## The state of art on the right to education (1988 to 2018): integral education

### Abstract

The Federal Constitution of 1988 established the right to education as a condition of citizenship, being the State's obligation to draw up public policies for its materialization. Seeking to understand the reverberation of the right to education in scientific production in the area of education, this article aimed to analyze the theses and dissertations that appear in the database of the Coordination of Improvement belonging to Personnel Higher Education - CAPES, having as a theme the full-time education. This research is based on the State of the Art perspective of scientific production in the period from 1988 to 2018, comprising the universe of analysis eighteen theses and dissertations. As a result, we verified a contradictory movement in the reverberation of the right to education in integral education policies, considering, on the one hand, the valorization of programs when introducing changes in the school routine, and on the other, aspects that prevented the creation of integral education full-time from the perspective of the right to education.

**Keywords:** right to education; integral education; full-time school

## Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo esse direito condição para o exercício pleno da cidadania. Este artigo tem por objetivo compreender a reverberação do direito à educação na produção científica no período de 1988 a 2018, tendo como recorte temático as políticas direcionadas à educação integral.

O tema da educação integral está intrinsecamente relacionado à extensão da jornada escolar, mesmo considerando a possibilidade de compreensões distintas entre esses temas (CAVALIERE, 2009). Ao longo da história da educação brasileira verificamos diversas experiências relacionadas à educação integral em tempo integral, como por exemplo, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, idealizado por Anísio Teixeira, em Salvador (BA), em 1950 e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Entre inúmeras experiências nas redes federais, estaduais e municipais, mais recentes, destacamos o programa federal “Mais Educação”, lançado em 2007, que teve como objetivo induzir os sistemas de ensino à “educação integral em tempo integral” (LECLERC; MOLL, 2012).

Ribetto e Maurício (2009), em artigo sobre o panorama dos estudos sobre educação em tempo integral, revelam um aumento das pesquisas relacionadas a temática no período de 1988 a 2008, indicando entre os estudiosos argumentações contrárias e favoráveis a escola pública de educação integral.

A educação integral, para além de programas específicos, pode promover mudanças substanciais na dinâmica de produção do currículo no espaço escolar, garantindo construções originais na organização de práticas educativas (GANZELI; MACHADO; NOGUEIRA; COSTA, 2018). A educação integral, a nosso ver, deve ser considerada como um paradigma dos processos políticos e pedagógicos para a materialização do direito à educação (GANZELI, 2017).

Considerando as diferentes matrizes teóricas que informaram as experiências de educação integral, buscamos analisar, nesse artigo, a relação entre a produção do conhecimento em direito à educação e a educação integral nas teses e dissertações que constam no Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) no período de 1988 a 2018<sup>1</sup>.

Esta pesquisa assenta-se na perspectiva Estado da Arte compondo um “balanço da produção” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39) acadêmica sobre o direito à educação, com ênfase no descompasso entre o preceito legal e materialização do direito, para colaborar com a organização e análise da trajetória histórica do tema educação integral.

O levantamento foi realizado no Banco de Teses e Dissertações da plataforma Sucupira/CAPES, em maio de 2019, utilizando o descritor “direito à educação”, sendo localizados 1.473 títulos e, tendo em vista as instabilidades<sup>2</sup> apresentadas pelo sistema, estas informações foram conferidas durante

---

<sup>1</sup> Artigo da pesquisa “Direito à Educação no Brasil: o Estado da Arte: de 1988 a 2018”, coordenado pela Profa. Dra. Cristiane Machado (Faculdade de Educação/Unicamp/LAGE), com a participação dos(as) pesquisadores(as): Adriana Aparecida Dragone Silveira (NUPE/UFPR), Adriana Missae Momma (Lapplane/FE/Unicamp), Aline Gabriele Pereira (LAGE/UEMG), Andréia Silva Abbiati (LAGE/IFSP), Angela Maria Gonçalves de Oliveira (LAGE/UFAM), Cleiton de Oliveira (LAGE/FE/Unicamp), Katya Lacerda Fernandes (LAGE/UFT), Luciane Muniz Ribeiro Barbosa (Lapplane/FE/Unicamp), Mara Suzany Romano Bergamo (LAGE/FACESPI), Marcia Cristina de Oliveira (LAGE/CEFET/RJ), Monica Cristina Martinez de Moraes (LAGE/PUC Campinas), Pedro Ganzeli (LAGE/FE/Unicamp), Rayane Regina Scheidt Gasparelo (LAGE/UNICENTRO) e Theresa Maria de Freitas Adrião (Greppe/FE/Unicamp) e financiada pela Fapesp (Processo 2018/11340-0).

<sup>2</sup> O acesso constante ao Banco de Dados Capes evidenciou divergências de dados, como por exemplo: as informações referentes ao número de títulos disponíveis em cada ano diferiam da relação de teses e dissertações apresentadas e alguns trabalhos baixados não correspondiam ao autor informado.

o mês de junho do mesmo ano. Em seguida foi realizado novo levantamento com o filtro “educação integral” (“direito à educação” AND “educação integral”), relacionando vinte e nove títulos. Foram descartados seis títulos que não permitiam o acesso ao texto completo, bem como cinco trabalhos que não estavam relacionados com o tema educação integral, perfazendo um universo de dezoito títulos para análise, os quais foram publicados entre os anos de 2007 a 2018.

As teses e dissertações foram relacionadas em uma planilha *Excel*, com as seguintes colunas: autor/a, título, ano, nível acadêmico (mestrado profissional, mestrado acadêmico ou doutorado), orientador/a, banca, instituição de ensino superior da defesa, tipo de universidade (pública ou privada), financiamento/agência, resumo, palavras-chave e resultados/conclusão, assim como a sua disponibilidade (*link*) na plataforma Sucupira.

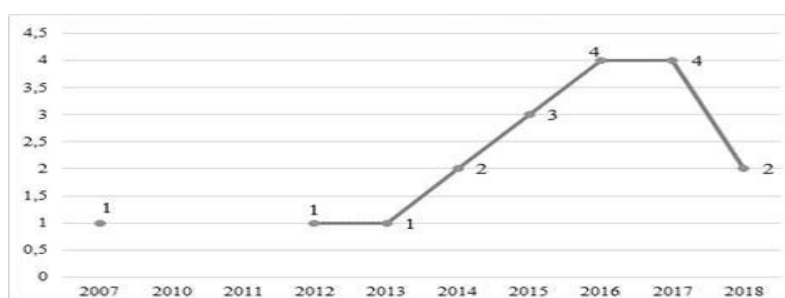
Nossa análise se apoiou nas informações presentes nos resumos das pesquisas, entretanto, esses se mostraram com diferentes fragilidades, sem as informações necessárias, ou mesmo sem objetividade, exigindo, quando foi o caso, o acesso ao texto completo da tese ou dissertação.

Neste artigo apresentamos inicialmente a análise descritiva do conjunto dos títulos relacionados à educação integral, explorando as seguintes informações: ano da produção; origem institucional; procedência geográfica; agência de fomento e nível acadêmico. Em seguida analisamos os objetivos, as metodologias e os resultados das pesquisas. Nossa preocupação foi a de compreender a produção científica, expressa nas teses e dissertações, à luz dos principais elementos que compõem os trabalhos científicos, em seu conjunto.

#### 1. Contextualizando a produção científica: tempo/espaço

Embora o Estado da Arte do Direito à Educação, proposto para a pesquisa, compreenda o período de 1988 até o ano de 2018, no levantamento realizado no *site* da CAPES, utilizando os descritores “direito à educação” AND “educação integral”, o primeiro trabalho selecionado para esta análise data do ano de 2007, compondo um universo de dezoito títulos publicados ao longo do período proposto, com interrupções na produção, conforme aponta o Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1: Direito à Educação/Educação Integral - período de produção: 2007-2018



Fonte: Autores

Ressaltemos que no ano de 2007 foi publicada a Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa Mais Educação<sup>3</sup>, com o objetivo de fomentar a ampliação da jornada escolar nos sistemas de ensino, fator que concorreu com o início da produção científica sobre o tema, conforme observado no Gráfico 1.

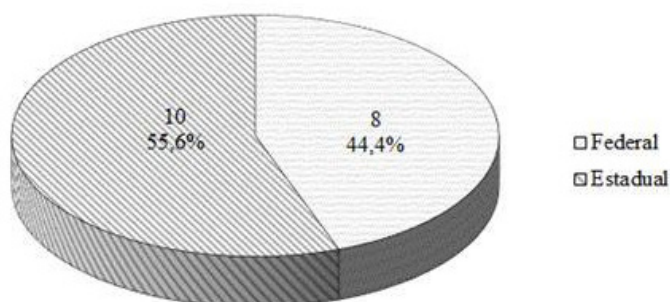
Verificamos que no período compreendido entre o ano de 2007 a 2014 a produção foi inexpressiva, aumentando a partir do ano de 2015 e voltando a reduzir em 2018. A soma das

<sup>3</sup> Programa Mais Educação (PME) foi criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de abril de 2007, com o objetivo de contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso em: 7 mai. 2020.

produções defendidas nos anos 2016 e 2017 representa 44% das pesquisas relacionadas ao direito à educação e educação integral no universo de trabalhos analisados.

As produções acadêmicas sobre direito à educação e educação integral analisadas foram defendidas, exclusivamente, em instituições públicas de ensino, conforme podemos observar Gráfico 2.

Gráfico 2: Direito à Educação/Educação Integral - origem institucional 2007-2018

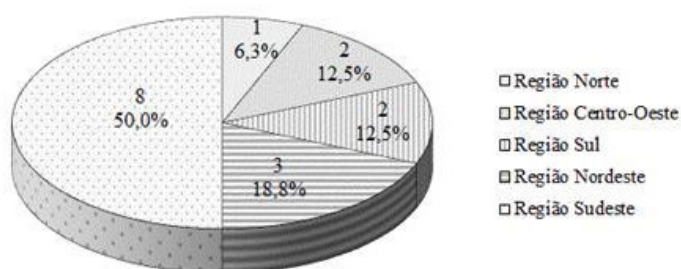


Fonte: Autores

Verificamos que oito títulos foram publicados em instituições de ensino superior federais e dez títulos em instituições de ensino superior estaduais, representando, respectivamente 44,4% e 55,6% do universo de trabalhos pesquisados. Não foram relacionados, na plataforma CAPES, trabalhos de instituições municipais e/ou privadas de ensino superior (comunitárias, confessionais, filantrópicas ou empresariais).

Quanto à localização, a Região Sudeste predominou em relação às demais, conforme mostra o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3: Direito à Educação/Educação Integral - procedência geográfica 2007-2018



Fonte: Autores

No que concerne à procedência geográfica dos trabalhos publicados, o Gráfico 3 nos mostra que a Região Sudeste foi a que teve a maioria dos trabalhos publicados, com dez (55,6%) produções do total. Em seguida temos a Região Nordeste com três trabalhos (16,7%); As Regiões Sul e Centro Oeste tiveram dois trabalhos cada (11,1%); e a Região Norte foi a que apresentou apenas um (5,6%) trabalho sobre a temática estudada.

Santos e Azevedo (2009) afirmam a existência de assimetria entre as regiões brasileiras em relação aos programas de pós-graduação no Brasil, realidade ainda presente pela representação das regiões na produção de teses e dissertações sobre o tema direito à educação: educação integral.

O apoio financeiro às produções científicas foi retratado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Direito à Educação/Educação Integral - Agências de fomento 2007-2018

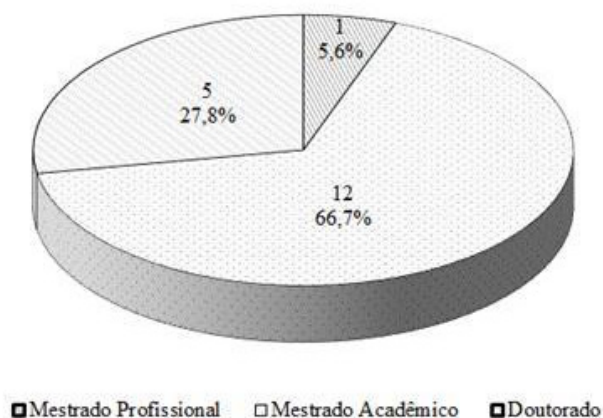
Agência	Nº	%
Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES	5	27,77%
Ministério da Educação*	1	5,6%
Sem financiamento	12	66,7%
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Autores; \* Obs: Informação presente em tese e dissertação

Observamos que cinco trabalhos (27,77%) foram financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Cabe destacar que a maioria das produções científica, ou seja 66,7%, não informou o recebimento de auxílio financeiro.

O nível acadêmico das publicações do universo de análise foi retratado no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4: Direito à Educação/Educação Integral - Nível acadêmico 2007-2018



Fonte: Autores

A maioria das produções científicas relacionadas ao direito à educação: educação integral, ocorreu no âmbito do mestrado (acadêmico e profissional), com treze (72,3%) pesquisas defendidas. Segundo Saviani (2017), esse nível acadêmico possui um caráter de iniciação à formação do pesquisador, influenciando o grau de exigências nos processos de produção e defesa das dissertações. As teses, com produção autônoma e original, segundo o autor, representaram 27,8% da produção no período em relação ao universo de trabalhos analisados.

## 2. Objetivos, metodologias e resultados

Analisaremos, neste tópico, os objetivos, a metodologia e os resultados conforme apresentados nos resumos do conjunto dos trabalhos selecionados. Quando necessário, foram consultados os textos

completos das teses e dissertações para complementação das informações.

## 2.1. Objetivos

Os trabalhos foram agrupados em três blocos temáticos para a análise de seus objetivos: o primeiro reuniu oito pesquisas (44,44%) que tiveram como objeto de estudo o Programa Mais Educação; o segundo bloco temático reuniu sete pesquisas (38,88%) que analisaram programas estaduais e municipais voltados à educação integral; o último bloco reuniu três pesquisas (16,66%) com objetivos diversos aos blocos anteriores. Nas discussões presentes nos trabalhos, constatamos a frequente relação entre a educação integral em escolas de tempo integral com a possibilidade de atendimento ao direito à educação.

No **primeiro bloco temático** foram reunidas as pesquisas que tiveram como objeto de estudo o Programa Mais Educação. Considerando que este bloco agrupou a maioria dos trabalhos do universo de estudo, verificamos a importância do Programa Mais Educação na produção científica do período.

Um problema recorrente na análise dos objetivos informados nos resumos foi a generalidade de sua apresentação ao explicitarem, apenas, a intenção de analisar a ‘implementação do Programa Mais Educação’, sem maior delimitação do mesmo. A busca de informações no texto completo das teses e dissertações nem sempre se fez eficaz, visto que se manteve a falta de precisão em relação aos objetivos, conforme podemos observar na sequência.

Dos trabalhos que tiveram como objeto o Programa Mais Educação, cinco apresentaram como objetivo a sua implementação em redes municipais, considerando: as concepções de educação integral presentes no mesmo; as relações entre os entes federados no processo da sua realização; análise comparativa entre o Programa Mais Educação com o modelo próprio de educação integral do município, com destaque para o currículo; condições das redes municipais de ensino para adesão à educação integral em tempo integral; e o impacto do Poder Público na garantia do direito à educação, sendo que esse último trabalho foi desenvolvido na área do direito.

Os demais três títulos pertencentes ao bloco tiveram os seguintes objetivos: analisar o desenvolvimento do Programa Mais Educação em duas redes de ensino, sendo uma estadual e outra municipal; compreender os conflitos relacionados à concepção de educação integral expressos no próprio Programa, visto que o Programa Mais Educação foi produzido de forma intersetorial, comportando distintas definições sobre o seu significado; e a análise dos custos e gastos financeiros que envolveram a implementação do Programa Mais Educação em rede estadual de ensino, no âmbito do Ensino Médio.

A análise do **segundo bloco** temático comportou, ao todo, sete títulos, sendo quatro trabalhos que tiveram como objeto de estudo programas estaduais, assim como três trabalhos que trataram de programas municipais.

Verificamos um movimento paradigmático nos estudos sobre programas estaduais de educação integral em tempo integral. Dois trabalhos objetivaram o estudo de programas estaduais implementados nos anos de 1990, demonstrando a relação desses com o discurso da inclusão social das populações ao direito à educação escolar, conforme previsão constitucional. A principal referência dessas duas pesquisas foi a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), realizada no estado do Rio de Janeiro, em meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, sendo considerados por MONTEIRO (2009) como uma experiência inovadora e democrática. Outros dois trabalhos, com recorte temporal nos anos de 2000, analisaram programas com outra referência discursiva e programática, incorporando a qualificação do estudante para o ingresso ao mercado de trabalho, tendo como principal referência a experiência do Ginásio de Pernambuco,

atendendo às diretrizes educacionais dos reformadores empresariais (FREITAS, 2014).

Os títulos que tiveram por objetivo a análise dos programas/experiências municipais de escola de tempo integral trataram de temas específicos. A primeira pesquisa questionou se o modelo de escola de tempo integral poderia ser considerado como alternativa para a melhoria da qualidade da educação básica, analisando as vantagens e desvantagens desse no âmbito de um município. A segunda pesquisa, tendo como referência os Planos Municipais de Educação de dois municípios localizados em Região Metropolitana, objetivou verificar as estratégias utilizadas para a implementação da Educação Infantil em tempo integral, buscando identificar as semelhanças e distinções entre elas. A terceira pesquisa analisou a reação dos estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental à implementação da escola de tempo integral em toda a rede municipal de ensino, questionando os motivos que fomentaram a solicitação de transferências estudantil para as escolas de tempo parcial da rede estadual de ensino.

O **terceiro bloco** temático foi composto por três pesquisas com os seguintes objetivos: uma primeira analisou as práticas docentes em escolas do campo de período integral, assim como em escolas do campo de período parcial, considerando suas realidades territoriais; a segunda pesquisa teve como objetivo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)<sup>4</sup>, compreendendo a possibilidade de formação integral do estudante; a terceira pesquisa investigou a concepção de educação integral e escola de tempo integral nos programas e legislações da educação brasileira e sua relação com os direitos sociais e humanos.

## 2.2. Metodologia

É certo a existência de resumos com fundamentação teórica e clareza na apresentação da metodologia, entretanto, verificamos fragilidades relacionadas à falta ou à superficialidade de informações relacionadas, conforme poderemos observar na sequência, dificuldades constantes no conjunto de trabalhos.

Nas dezoito pesquisas analisadas verificamos a existência de diferentes expressões sobre o tipo de abordagem, metodologia e procedimentos metodológicos. Assim, analisaremos esse universo, considerando a linguagem proposta pelas teses e dissertações. Verificamos interações entre as opções metodológicas e os procedimentos metodológicos nas pesquisas analisadas.

Em relação ao tipo de abordagem, apenas quatro trabalhos anunciaram sua opção pela abordagem (pesquisa, cunho) qualitativa e um explicitou a abordagem quanti-qualitativa como opção. Uma pesquisa informou a opção metodológica pelo Ciclo de Política, duas pela Pesquisa-Ação e duas o Estudo de Caso.

Os procedimentos metodológicos foram apresentados com mais frequência, sendo que a utilização de entrevista predominou no universo de trabalho analisados, com quatorze indicações. Foram relacionados como sujeitos a serem entrevistados: dirigentes de sistema de ensino, gestores de unidade escolar, docentes, discentes, pais/responsáveis, sendo informado, ainda, indivíduos participantes de programas de educação integral, demonstrando um quadro abrangente de

<sup>4</sup> Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Objetivo: O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº 5.478 de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja> Acesso em: 4 mai. 2020.

informantes no processo de coleta de dados.

A análise documental foi expressa como procedimento metodológico em oito trabalhos, demonstrando a sua importância para pesquisa dos programas de educação integral. Também foi indicado, em três trabalhos, o estudo bibliográfico para a contextualização e aprofundamento temático.

A pesquisa de campo foi informada em três produções, sendo que duas não especificaram o campo, indicando de forma genérica a administração estadual ou municipal, respectivamente, para a coleta de informações. Outro trabalho delimitou uma unidade escolar participante de programa de educação integral enquanto campo para a realização dos trabalhos de pesquisa. Um título indicou a observação de campo como procedimento metodológico, sem outras informações relacionadas.

Questionários foram utilizados em quatro pesquisas, sempre acompanhados por outros procedimentos de coleta de informações, dentre esses, um título informou a utilização de análise estatística para cotejar os resultados da coleta de informações.

### 2.3. Resultados

Para a análise dos resultados das pesquisas foram enfrentados os seguintes problemas: a ausência de informações explicitadas nos resumos sobre os resultados alcançados, exigindo a busca desses no texto completo da pesquisa; a forma abreviada e genérica de apresentação dos resultados nos resumos e no texto integral; a falta de consistência entre os objetivos proclamados e os resultados apresentados; e a dispersão de informações relacionadas aos resultados. Inferimos que, sendo a maioria das pesquisas dissertações de mestrado, o caráter inicial dessas corroborou para a existência desses problemas.

Considerando os problemas indicados, apresentaremos os resultados das pesquisas que compuseram o universo de análise em seu conjunto.

Os principais aspectos relacionados à implementação do Programa Mais Educação foram assim retratados nos resultados: as concepções de educação integral em tempo integral, indicadas nos documentos que orientaram o Programa, não se fizeram presentes nas redes de ensino, prevalecendo os interesses e necessidades dos dirigentes locais na adequação desse às condições concretas para a sua implementação; a ausência de participação dos sujeitos sociais nos processos relacionados ao Programa, considerando o pragmatismo dos dirigentes educacionais para a sua materialização nas redes e unidades de ensino; recursos financeiros insuficientes para o atendimento à educação integral em tempo integral, em especial, aqueles destinados à remuneração dos monitores/oficineiros, com a precarização das relações de trabalho, assim também, os recursos financeiros destinados à adequação do espaço físico e compra de material pedagógico; o caráter minimalista na oferta da educação integral em tempo integral, limitando-se a arranjos mínimos necessários para a realização de atividades no contraturno para um número restrito de estudantes; a prevalência da concepção assistencialista na implementação do Programa, não traduzindo a ideia de educação integral em tempo integral enquanto direito à educação de todos os cidadãos; a distinção entre os docentes das disciplinas curriculares e monitores/oficineiros; as atividades extracurriculares do Programa não foram incorporadas no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, salvo exceções; a contratação de Organizações Não Governamentais para a realização de atividades extracurriculares demonstrou o caráter privatizante do Programa, ao privilegiar as parcerias público-privadas para a viabilização das atividades relacionadas.

De outro lado, foi valorizada a atuação de gestores dos órgãos centrais e das unidades escolares, especialmente, para o atendimento às necessidades locais, demonstrando a preocupação desses na maximização dos recursos financeiros e humanos para a efetivação do Programa e na integração



das atividades curriculares e extracurriculares.

Os resultados das pesquisas que analisaram os programas estaduais e municipais destacaram, em seu conjunto, o baixo número de estudantes matriculados em programas de educação integral em tempo integral, com exceção de um município, que universalizou a ampliação da jornada estudantil para toda a sua rede de ensino. Em relação à infraestrutura, as pesquisas mostraram a existência de edificações escolares construídas especialmente para o atendimento do tempo integral, assim como unidades escolares adaptadas, apontadas pelos estudos, como inadequadas para o atendimento da educação integral em tempo integral.

Verificamos ainda que os trabalhos indicam o predomínio da manutenção da organização escolar em turnos, com a inclusão de oficinas no contraturno, enquanto atividades consideradas extracurriculares, como forma de ampliação da jornada; a submissão dos programas de educação integral em tempo integral à lógica do sistema educacional em que estava inserido, exigindo o atendimento à dinâmica institucional estranha aos seus objetivos, como, por exemplo, a preocupação com a avaliação externa em larga escala como parâmetro de qualidade.

Uma crítica frequente das pesquisas analisadas foi a diferenciação entre o currículo ofertado para os estudantes participantes e os não participantes dos programas de educação integral em tempo integral, promovendo a duplicidade no atendimento educacional em uma mesma rede de ensino, não garantindo assim o princípio constitucional da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206, Inciso I).

Foi ressaltada a participação de instituições externas à rede de ensino nos processos de elaboração e implementação de programas, privilegiando a parceria público-privada, com o predomínio da lógica empresarial, em detrimento do fortalecimento da esfera pública na organização político-pedagógica na educação integral em tempo integral; os resultados indicam a limitação dos recursos financeiros e humanos nos programas analisados, comprometendo a sua qualidade e continuidade; os trabalhos destacam o discurso de qualificação da escola pública com a implementação dos programas, ainda que a realidade retratada nas pesquisas não corrobora com esse objetivo; foi indicada a necessidade de ação intersetorial, em especial, com as áreas da saúde, assistência social e educação.

Os três trabalhos que possuíam objetivos específicos apontaram em seus resultados a importância da ampliação do tempo na jornada escolar para a garantia de políticas educativas nas escolas do campo, favorecendo a construção de um projeto político pedagógico alinhado com a população atendida, sendo indicada a importância da formação docente para o atendimento das especificidades dessas escolas e suas comunidades. A pesquisa que analisou o PROEJA apontou a necessidade de associação dinâmica entre a instituição de ensino superior com as administrações municipais parceiras para a constituição de um currículo integrado para a formação profissional, sendo que poucos municípios lograram maior aproximação entre a formação profissional e o campo do trabalho; a pesquisa revelou que o PROEJA não atendeu a formação integral do estudante para garantia do direito à educação. A terceira pesquisa destaca em seus resultados que nenhum programa de educação integral em tempo integral logrou alterar a lógica de segmentação da educação, organizada por anos/séries, turnos e componentes curriculares, indicando movimentos de aproximação com a ideia de educação integral, ao mesmo tempo, recuos verificados nos contextos sociais e políticos nos quais forças conservadoras assumiram o governo, reagindo em sentido oposto à garantia do direito à educação.

### **Reflexões Finais**

A produção do conhecimento sobre o direito à educação, com foco na educação integral em teses e dissertações, demonstrou uma ampliação da publicação de trabalhos relacionados ao tema no

período compreendido entre os anos de 2007 a 2018.

Os dezoito títulos que compuseram o universo de análise compreenderam todas as regiões brasileiras, com a predominância da região Sudeste. As teses e dissertações foram defendidas em programas de Pós-Graduação de instituições públicas de ensino superior. Apenas 33,77% dos estudos receberam auxílio financeiro de agências federais, demonstrando a necessidade de ampliação de programas destinados ao fomento da pesquisa.

A produção majoritária foi realizada no âmbito do Mestrado, revelando o caráter de iniciação à formação de pesquisadoras e pesquisadores, demandando incentivo para a continuidade e aprofundamento desses estudos.

Os procedimentos metodológicos assinalaram o vínculo das pesquisas com a realidade educacional, com destaque para os processos de implementação de programas de educação integral em tempo integral, com variadas formas de aproximação da realidade educacional de contexto.

Os objetivos e resultados presentes nas pesquisas expuseram um movimento contraditório na reverberação do direito à educação nas políticas de educação integral considerando, por um lado, a valorização dos programas ao introduzirem mudanças na rotina escolar e, por outro, aspectos que impediram a criação de uma educação integral em tempo integral.

Podemos verificar a reverberação da produção científica sobre o direito à educação pela abrangência temática do conjunto de pesquisas que compuseram o nosso universo de análise; assim, os estudos atenderam as três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), as modalidades de educação profissional, educação de jovens e adultos e a educação do campo, contemplando o financiamento, currículo, entre outros aspectos relacionados a qualidade educacional. Também foram foco de análise as relações entre os entes federados e planos de educação, fundamentais para a garantia do direito à educação.

As pesquisas demonstraram um processo de inovação político-pedagógico nas estruturas físicas, nos currículos, nas relações interpessoais entre profissionais da educação e estudantes participantes. De outra forma, os programas analisados ficaram circunscritos à lógica dos sistemas de ensino, incorporando dimensões organizacionais e pedagógicas, como avaliação em larga escala, desvirtuando as próprias diretrizes, sendo fragmentários no atendimento a determinadas populações de estudantes, privilegiando as parcerias público-privada em detrimento à esfera pública de produção de políticas, não fomentando a participação dos sujeitos sociais, entre outros elementos que não permitiram a promoção da educação integral na perspectiva da materialização do direito à educação.

### Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, DF, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 22, n. 80, abr. 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educação e Sociedade**, v. 35, n. 129, out./dez. 2014.

GANZELI, Pedro. Educação Integral: Direito Público Subjetivo. **Educação Teoria e Prática**, v. 27, n. 56 (2017). Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/11954>. Acesso em: 20 mai. 2019.

GANZELI, Pedro; MACHADO, Cristiane; NOGUEIRA, Rosane Garcia Dorazio; COSTA, Carolina da

Silva. Uma organização curricular na escola de ensino integral: instituída ou instituída. **Políticas educacionais - PolEd**, [SI], nov. 2018. ISSN 1982-3207. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolEd/article/view/87808>. Acesso em: 08 de nov. 2019.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; MOLL, Jaqueline. Educação Integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, Brasília, DF, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 25, n. 88, jul./dez. 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. Ciep – Escola de formação de professores. **Em Aberto** Brasília, DF, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 22, n. 80, abr. 2009.

RIBETTO, Anelice; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Duas décadas de educação em tempo integral: dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. **Em Aberto**, Brasília, DF, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 22, n. 80, abr. 2009.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, dez. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SAVIANI, Demerval. A pós-graduação em Educação e a especificidade da pesquisa educacional. **Argumentos Pró-Educação**, v. 2, n. 4, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24280/ape.v2i4.184>. Acesso em: 5 mar. 2020.

### Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio concedido.

### Pedro Ganzeli

Professor Livre Docente da Faculdade de Educação da Unicamp; Programa de Pós-graduação em Educação, Linha 5: Estado, Políticas Públicas e Educação; Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais; Laboratório de Gestão Educacional (LAGE).

**E-mail:** ganzeli@unicamp.br

### Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Professora Adjunto da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA.

**E-mail:** angela.biase@hotmail.com